

tado Nagib Chaib examinou exaustivamente a matéria e seu parecer conclui pela aprovação destas mesmas contas. Mas o Governador deixará o governo dentro de 3 dias. Despede-se do Palácio, despede-se do poder, para se tornar um simples cidadão da República...

O Sr. Arruda Castanho — Ou Ministro do Tribunal de Contas

O SR. CARDOSO ALVES — ... ou Ministro do Tribunal de Contas cargo que lhe foi, em boa hora, oferecido pelo eminente ex-Governador Jânio Quadros, líder do deputado Arruda Castanho, o qual escolheu justamente para aque-la Corte de Contas um professor de finanças, um homem digno, de reputação ilibada e de saber notório, que honra o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (Muito bem! Muito bem!)

Mas, Sr. Presidente, a teleuma que se levanta em torno das contas do Prof. Carvalho Pinto levantar-se-ia se as contas de 1959 estivessem sendo examinadas no ano de 1960? Se o Governador Carvalho Pinto tivesse ainda pela frente 3 anos de governo? Se por mais algum tempo permanecesse com o poder na mão, podendo servir àqueles que o procuravam antes e que neste instante o vêm destratar desta tribuna, neste instante em que se encontra desarmado, deixando o governo?! (Muito bem!)

Acredito, Sr. Presidente, que teria sido outra a atitude de alguns deputados a esta Assembleia. Vejo o Partido Social Progressista, seu opositor desde a primeira hora, obstruir a votação de suas contas. Entende o líder desse partido e seus demais companheiros de bancada que esta é a melhor política a ser seguida pelo partido, que não é este o momento azado para o exame dessas contas. Não me insurjo contra o Partido Social Progressista. Está coberto pelo seu direito, coerente, fiel à linha que se traçou nesta Assembleia de oposição ao Sr. Carvalho Pinto desde o primeiro dia de seu governo até o último, passando por todas as eleições que enfrentou, ora perdendo, ora vitorioso. Se o Governador Carvalho Pinto, Mas, Sr. Presidente, me parece profumado e chocante e condenável que deputados que ainda tem na sola dos sapatos as salões dos Campos Elísios virem a esta altura combater o Sr. Governador Carvalho Pinto...

(São proferidos apertes sem solicitação. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARDOSO ALVES — ... E de que maneira o fazem! Examinando criticamente a sua contabilidade, a contabilidade dessas contas? Não. Assacando injúrias. Firmando-se em denúncias que não resistem à menor análise do Governo. Atacou-se, por exemplo, quando se examinava as contas de 1959, a encampação da Paulista que se deu 2 anos depois. Que tem a encampação da Paulista com as contas de 1959? Absolutamente nada.

O Sr. Murillo Sousa Reis — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. CARDOSO ALVES — O deputado Arruda Castanho havia solicitado antes. Darei o aparte a V. Exa. Mas quero, antes, ouvir o deputado Castanho.

O Sr. Arruda Castanho — Nobre deputado Cardoso Alves, sabe V. Exa. que eu não sou daqueles que têm a poeira dos Campos Elísios na sola dos sapatos. Acompanhei o Sr. Carvalho Pinto até a briga, até o atrito entre S. Exa. e o Sr. Jânio Quadros. Todavia, nobre deputado, acho que devemos voltar as contas do Sr. Carvalho Pinto do exercício de 1959, pois essas contas passaram pelo crivo do Tribunal de Contas e pelo crivo da Assembleia. O ilustre orador, deputado Murillo Sousa Reis, faz simplesmente crítica de ordem pessoal baseada numa declaração de desafeto político do Sr. Governador que, inclusive, é seu parente. Não podemos nós, deputados com responsabilidade, ficar apaixonados diante de um fato transcendental como é esse do recebimento da mensagem do Sr. Governador contendo o orçamento ou a tomada de contas, seja de qual for, seja o Sr. Carvalho Pinto, o Sr. Jânio Quadros ou o Sr. Adhemar de Barros. Devemos restringir-nos ao que contém este documento, este ofício que pertence à proposição e que fala em regime de prioridade e que teremos que votar. Se houvesse erros nesta prestação de contas, se estivesse evitada de erros: transposição de verbos, desvio de dinheiro na manipulação das verbas, então poderíamos combatê-la. Este modesto deputado que fala a V. Exa. não morreu de amores por Carvalho Pinto. Sei ainda hoje, soube ontem e anteontem que ele se desmanda em nomeações, que faz uma verdadeira política de parentela, de compadrismo. Mas isto é outro assunto. Estamos aqui, deputados, debatendo as contas do Governador com inteira isenção de ânimos. Não interessam questões que foram publicadas contra S. Exa. por motivos pessoais, inclusive familiares, eis que um parente fala sobre outro parente. Interessa a nós o aspecto técnico que contém isto, que precisamos estudar. Se o Tribunal de Contas, que temos como um órgão composto por homens honrados, capazes, estudiosos, técnicos, que não é o Tribunal das Contas do futuro líder do Sr. Adhemar de Barros, estudou o assunto e se a Assembleia também teve oportunidade de estudar as contas do Sr. Carvalho Pinto, acho extemporâneo o discurso do nobre deputado Murillo Sousa Reis. Acho que esta Assembleia teria o dever de examinar as contas do Sr. Jânio Quadros e do Sr. Carvalho Pinto, na ordem cronológica. É uma obrigação destes deputados, que conhecem mais de perto a vida política e administrativa do Governador. Não posso acreditar que uma assembleia de "meeting", com cento e tantos deputados, alguns dos quais nem foram receber seus diplomas, resultado das sobras dos comunistas e outros que compareceram ao Tribunal com "claque" organizada, berrando aleluias e hosannas, não acreditado que uma Assembleia de comício, que não conhece o problema político do Sr. Jânio Quadros e o do Sr. Carvalho Pinto seja mais categorizada do que esta e possa examinar direito essas contas. Os novos deputados, sim, é que não terão isenção de ânimos como nós podemos ter. Está aqui um deputado que divergiu e diverge do Sr. Carvalho Pinto, como também diverge do parlamentar que não estuda o processo e vem fazer discursos extemporâneos, que não cabem dentro do exame de contas como estas.

O SR. CARDOSO ALVES — Concordo com muita coisa dita por V. Exa. De fato, o Tribunal de Contas examinou a prestação de contas, sob o aspecto contábil, e deu seu beneplácito. Por outro lado, coube ao eminente deputado da minha bancada, Sr. Nagib Chaib, na qualidade de relator da Comissão de mérito, dar seu parecer à matéria e deu-o favoravelmente. Tenho visto os oradores do P.S.P. nesta tribuna divergirem das contas e do parecer, num trabalho de obstrução. Mas, repeto, eles estão coerentes com a linha traçada pelo seu partido. E com que sobriedade estão examinando as contas! Emitem seu ponto de vista contrário, mas respeitam a figura do Sr. Governador, não atacam a sua honra pessoal. O P.S.P. tem se conduzido nesta tribuna à altura desta Assembleia, no exame das contas do Sr. Governador. Eu também poderia votar contra as contas do Sr. Carvalho Pinto, mas se assim agisse, faria de outra maneira. Aqui venho para votar a favor das contas de S. Exa., louvando-me em parecer do Tribunal de Contas e respeitando o parecer do meu colega de bancada, deputado Nagib Chaib.

Se eu fosse votar contra estas contas me louvaria, prepararia meu parecer contrário, examinando-as sob o aspecto técnico-contábil. Não viria fazer oposição agora, que as luzes estão se apagando, nem tirar pedras de um busto que está inteiro.

Não! E não val nisso nenhuma ofensa pessoal a quem quer que seja. Mesmo agindo desta maneira, o nobre deputado Murillo Sousa Reis tem meu respeito pessoal, embora eu desrespeite a sua atitude nesta tribuna. Continua S. Exa. a contar com a minha amizade pessoal, que se decepciona contudo perante sua atitude.

O Sr. Murillo Sousa Reis — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. CARDOSO ALVES — Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Murillo Sousa Reis — Nobre deputado, V. Exa. fez referências à minha frequência aos Campos Elísios. Devo confessar, com sinceridade, que frequentei os Campos Elísios muitas vezes, sempre que foi necessário tratar de assunto de interesse público. Mas veja V. Exa. que durante os quatro anos eu muitas vezes fiz críticas ao Governador do Estado. Quando esta Casa apreciou a reforma agrária, eu combati a reforma agrária. Eu nunca fui deputado de cabresto, nobre deputado Cardoso Alves. Fui aos Campos Elísios, sim. Não fui mais, depois que foi lançada a candidatura do Sr. Jânio Quadros, porque fui o primeiro deputado desta Casa que rompeu publicamente com o Governo para ficar ao lado do Sr. Jânio Quadros. Nunca mais fui aos Campos Elísios, também nunca mais voltei a tratar de assuntos ou fazer pedidos ao governador. V. Exa. pode indagar a S. Exa. quais pedidos que lhe fiz: pedidos de ordem pública, de interesse público. Não fui lá pedir favores.

O Sr. Arruda Castanho — Todos fazem pedidos de interesse público

O Sr. Murillo Sousa Reis — Não sei se V. Exa. o faz. Quando vou aos Campos Elísios, vou tratar de assunto de interesse do povo de São Paulo, de que sou representante. Não vou lá tratar de assuntos excusos. Fui muitas vezes aos Campos Elísios, mas minha atitude dentro desta Casa foi de coerência. Sempre fiz críticas, quando havia necessidade, e elogiei o governador quando havia necessidade de elogiar. E neste momento não estou na tribuna fazendo acusações a S. Exa. Estou lendo um documento que faz graves acusações ao governador Carvalho Pinto, então me parece que esta Casa deve apreciar as contas do governador, mas com cautela, com cuidado, pois é grande a responsabilidade que pesa sobre os ombros dos deputados diante das acusações que aqui se formulam. Vou levar este homem, o Sr. Francisco Rodrigues Alves Filho, à Justiça, à qual ele levará suas provas. Depois votarei a favor das contas, ou reprovarei as contas.

O Sr. Camille Ashcar — Nobre deputado Cardoso Alves, V. Exa. me concede um aparte?

O SR. CARDOSO ALVES — Antes gostaria de responder ao aparte do nobre deputado Murillo Sousa Reis. Jamais tive nesta tribuna ocasião de afimar que S. Exa. tenha ido a palácio tratar de seus assuntos privados, postular interesses particulares. Apenas disse que a poeira dos Campos Elísios ainda levantava da sola do seu sapato. Muitos deputados vão aos Campos Elísios, nobre deputado Murillo Sousa Reis, e nenhum deles, que eu saiba, é deputado de cabresto. Eu fui ao Palácio dos Campos Elísios, talvez diariamente, durante boa parte do governo de S. Exa., o Prof. Carvalho Pinto, quando nesta Casa compus a liderança da maioria, quando era líder do meu partido, na qualidade de membro, de militante do meu partido, fui sempre ao palácio do governador, de modo que isto não me envergonha. Ia cumprir meu dever, conversar com o governador, tratar com seus assessores, estudar problemas meus, de minha região, de meus amigos também. Mas nem por isso fui deputado de cabresto, e não conheço nesta Casa deputado de cabresto, senão aqueles que episodicamente amarraram suas mãos diante do governo, para depois desatá-las com grande estardalhaço. Nunca estive no cabresto do governador. Enfritei-o na convenção do meu partido, quando postulei candidatura própria, que era a do Prof. Queiroz Filho. Todo mundo sabe que achava que o Sr. José Bonifácio não tinha substância política para ser candidato a governador. Jamais fiz disto segredo. Contei ao governador Carvalho Pinto, disse-lhe reiteradas vezes que achava que ele ia perder a eleição. Tive meu nome apontado pela imprensa como homem que estava dividido o sistema de forças dos Campos Elísios. Jamais fui homem de cabresto. Sempre permaneci no governo, como homem de partido. Acho que, enquanto meu partido estiver no governo, tenho o dever de vir a esta tribuna sustentar a política do governador, prestigiá-la com meu voto, ou deixar meu partido. Ou então só poderia vir aqui combater o governador, depois que meu partido deixasse o governo.

Estas contas envolvem também responsabilidade de secretários de Estado que pertencem ao Partido Democrata Cristão e que lá no Governo nos representam. Cumpro, portanto, o meu dever de vir a esta tribuna dizer que votarei a favor destas contas louvando no parecer do Tribunal de Contas e no pronunciamento do deputado que pertence ao meu partido, nobre colega Nagib Chaib, seu relator. Cumpro o meu dever, não sou deputado de cabresto, nunca fui e nunca serei, nunca serei absolutamente, mas também não sou deputado de odios, deputado que vem a esta tribuna com um processo para examiná-lo às cegas, com assacadihas para deslustrar a honra do Governador Carvalho Pinto.

Gostaria, nobre deputado Murillo Sousa Reis, que V. Exa. viesse à tribuna, economista que é, e se não é economista possui também a cultura de um economista entre os seus conhecimentos, para proceder à apreciação da matéria a ser examinada pelo Plenário, contrariando-a como vêm fazendo os membros do Partido Social Progressista, mas não vir aqui atirar a esmo pedras à dignidade do Governador na hora em que S. Exa. se despede da sua condição de Governador para tornar-se um cidadão da República.

O Sr. Camille Ashcar — (Com assentimento de orador) — Ouvi falar aqui neste plenário muitas vezes em "poeira que se levanta", "poeira obnublar", "poeira dos Campos Elísios" mas ninguém falou na poeira que assenta em algumas consciências permitindo que elas não funcionem com a sua sensibilidade normal. Da minha parte sou muito alérgico à poeira qualquer que ela seja. Afirmei-se aqui que um deputado nunca foi propor negócios excusos nos Campos Elísios e com isto procurou-se criticar demais deputados.

Eu duvido que nesta Casa, de formação heterogênea, haja um deputado capaz de propor ao honrado Governador Carvalho Pinto um negócio excusos, ou que tivesse a coragem de pôr os seus pés da direção do Governo do Estado para propor negócios dessa natureza. A terceira crítica é de que o deputado que está tão corajoso em suas críticas não seria um deputado de cabresto. Eu só conheço deputados de cabresto em partido que tenha um chefe tirano a ordenar que votem segundo certo modo. Fora daí os parlamentares de São Paulo, nestes dez anos de minha vida pública posso testemunhar isso, têm agido com independência em momentos substanciais, que os impõe ao respeito da opinião pública. Aqui não encontro em nenhum colega, por mais adversário meu que seja, um adversário que seja tão animalco que receba um cabresto em seu lombo, para ser guiado por caminhos estranhos. Se faço reparo a este discurso é certamente porque se S. Exa. não quis fazer esta afirmação, ou se a fez, os deputados têm, na minha resposta, uma defesa da sua integridade moral e da sua independência política. Finalmente, quero responder ao nobre deputado Murillo Sousa Reis, a quem respeito como amigo e de quem divirjo aqui neste seu discurso de caráter político, que as contas não vieram aprovadas de afogadilho, pois estas contas do Governador Carvalho Pinto estão aqui desde o início de 1960. Dormiram nas gavetas da Assembleia, deveriam ser aprovadas no início de 1960, e estamos no início de 1963, nas derradeiras horas do Governador Carvalho Pinto, e as contas não foram examinadas pela Assembleia Legislativa. São contas de exame retardado, que nunca foram examinadas em tempo hábil e, portanto, não se pode dizer que estão sendo examinadas de afogadilho. Se nunca vieram a Plenário "d'embée", nunca vi S. Exa. reclamar que elas não tivessem vindo a Plenário. Ademais, quero declarar a V. Exa., corroborando seu ponto de vista e reafirmando a inteira isenção de ânimo do Tribunal de Contas ao examinar a prestação de contas do Governador Carvalho Pinto, e aprovou unanimemente, que aquela sua atitude encontrou ampla repercussão nesta Assembleia, onde as paixões políticas são manifestas. Mas quem redigiu o parecer da Comissão de Finanças? O nobre deputado Nagib Chaib. Em que data o fez? Em novembro de 1962. Como é público e notório, em novembro de 1962 o nobre deputado Nagib Chaib estava rompido politicamente com o Sr. Governador Carvalho Pinto. Já tinha rompido nas eleições em que era candidato o Sr. Jânio Quadros. Hostilizavam-se no campo eleitoral e, portanto, era pública essa divergência entre o governador e o nobre deputado Nagib Chaib. Apesar dessa divergência política, S. Exa. não encontrou no parecer nenhum elemento objetivo que o autorizasse a rejeitar as contas do Governador, mas, finalmente, e muito mais significativo do que isso é a atitude do nobre deputado Antônio Sampaio, líder peepista de grande prestígio, meu amigo, que, presidindo também com isenção de ânimo a Comissão de Finanças, aprovou o parecer do nobre deputado Nagib Chaib. Aqui está o parecer de S. Exa., na qualidade de Presidente, assinou com restrições, mas assinou.

(E' dado um aparte anti-regimental.)

O Sr. Camille Ashcar — Vou seguir a mesma cartilha que o apartante divulgou hoje e não respondo apertes que não foram solicitados e nem posso concedê-los porque estou apartando. O nobre deputado Antônio Sampaio aprovou com restrições, mas aprovou. De modo que a aprovação da Comissão de Finanças é unânime. Ora a Comissão de Finanças desta Casa é integrada por homens dignos que aqui vieram pelo voto livre do povo, representando para altos cargos, incluindo a secretária do irmão do Governador do Estado, sr. Luiz Carvalho Pinto, nomeada para um cargo de cinquenta mil cruzeiros mensais, como tesoureira, e preterindo outros servidores mais antigos.

É esquisito isto. O Sr. Governador do Estado, que gosta muito de fazer concursos e testes para a admissão de funcionários públicos, demonstra — pelo que se vê através desta denúncia — que os testes e concursos só devem ser para aqueles que não são acobertados ou apadrinhados pelos Campos Elísios.

Mas, continua a denúncia:

(Lê): Ai está a terrível carta do sr. Gastão Vidigal, ao deixar a Secretaria da Fazenda, e onde denúncias gravíssimas são formuladas contra o governo do honrado governador, carta que consta, em seu inteiro teor, de ata de reunião da diretoria do Banco Mercantil de São Paulo S/A.; ai estão as escandalosas concorrências e os famosos e suspeitíssimos reajustamentos de preços de obras públicas.

Acha o nobre deputado Eduardo Barnabé que o assunto que trago à tribuna, que estas denúncias não são matéria correlata à Ordem do Dia, tantas autênticas do povo e de todas as correntes políticas, e não houve uma só voz divergente, capaz de estar autorizada a rejeitar as contas do Sr. Governador. As contas permaneceram nesta Casa, em exame, durante mais de dois anos. Foram unanimemente aprovadas por todas as correntes políticas aqui representadas, foram unanimemente aprovadas também pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por votação unânime, repeto. Não há exame de afogadilho. Há a coragem de, agora, os próprios adversários políticos se renderem à verdade dos fatos e passarem para a aprovação unânime desta Casa de Leis do atestado de honestidade que merece o Prof. Carvalho Pinto, aprovando as suas contas.

O SR. CARDOSO ALVES — Pois é, nobre deputado, não vou tão longe como vai V. Exa. De fato, o Tribunal de Contas emitiu o seu parecer unânime, favorável a estas contas. O nobre deputado Nagib Chaib, que naquela ocasião tinha motivos de queixas justas do Governo, justas porque o rompimento do nobre deputado Nagib Chaib não foi ainda bem contado, não foi S. Exa. quem rompeu com o Governo, foi o palanque político que rompeu com o nobre deputado Nagib Chaib, no instante em que ele ia rumando para o palanque. Mas embora o nobre deputado Nagib Chaib tivesse acusações justas contra esse mesmo governo, S. Exa. se ateve ao exame objetivo das contas e por não ter encontrado nelas nenhum dado concreto que impedisse o seu parecer favorável ele emitiu a consideração desta Assembleia. Mas, dando-se de barato que o deputado não deve se levantar no Tribunal de Contas, nem no relator, nem no voto da Comissão de Finanças, que tem inclusive voto de adversários do